

trabalhos escolares

Um grupo de alunos do I.S.C.T.E. *

Breve análise do protesto popular contra o projecto de Sines

I

VISÃO ESTATÍSTICA DO CONCELHO DE SINES

A maneira como este estudo foi elaborado está directamente ligada com a cronologia das pesquisas efectuadas por nós quando da execução dele, isto é, tentou-se seguir, na apresentação, a ordem real pela qual as investigações foram conduzidas. Nesta conformidade, antes de procedermos a um trabalho de inquérito *in situ*, considerámos vantajosa a existência de um núcleo — ainda que restrito — de conhecimentos gerais sobre a localidade em observação.

Não foi nossa intenção traçar o perfil estatístico pormenorizado do concelho de Sines, mas somente tentar reunir alguns dados indicativos dos aspectos económicos e sociais, integrados num quadro geográfico determinado.

As fontes de que nos servimos foram o Instituto Nacional de Estatística e o Gabinete da Área de Sines, onde nos facultaram

* Tereza M. da Silva Pais, Raul M. Matias Moreira, Adroaldo V. Gonçalves de Azevedo, António M. M. de Almeida Alcoforado, Maria Isabel C. de Sousa Coutinho, Vasco T. Corrêa de Oliveira, Maria Tereza G. Fernandes do Carmo. O trabalho foi realizado no quadro da disciplina de Demografia, Povoamento e Recursos Humanos, na parte final do ano lectivo de 1973/74. Supervisão do Dr. Vasco Pulido Valente, com colaboração do Dr. J. F. Falcão Carneiro, assistente de Estatística.

deiros terroristas. Termina-se afirmando que era preferível a revolução social sem ditadura, mas reitera-se a necessidade de defesa a todo o custo das conquistas de Outubro.

12 de Março de 1919: «O governo maximalista não é a Revolução Russa.» Este artigo afirma a necessidade da violência revolucionária e mostra que aqueles que a criticam são os mesmos que aconselharam a Kerensky o uso da repressão. Adverte, no entanto, de que os excessos podem acarretar o restauro da reacção. Termina mostrando que na Rússia a revolução está realmente em marcha, pois as massas não esperam por decretos e leis, mas criam elas mesmas novas formas de acção.

23 de Março de 1919: na secção da primeira página «Na linha de fogo», assinada por Manuel Ribeiro, este rebate, no artigo «Bolchevismo — uma calúnia que se desfaz — amor livre obrigatório», um outro do *Matin* («cloaca de imundícies antibolcheviques») que afirmava uma socialização da mulher na Rússia. Manuel Ribeiro transcreve, aliás, a legislação soviética sobre o matrimónio.

27 de Março 1919: novamente na sua secção «Na linha de fogo», M. Ribeiro enumera as grandes realizações económicas soviéticas, refere o poder organizativo das massas e termina afirmando que nenhuma das grandes conquistas soviéticas teria sido possível sem a tomada do poder e a ditadura do proletariado.

A Bandeira Vermelha (órgão da Federação Maximalista)

5 de Outubro de 1919 (primeiro número; apreendido).

12 (segundo número): protestos contra a apreensão do primeiro número; divulgação da nova Rússia; artigo sobre a ditadura do proletariado; citações grandes de Lenine.

19 (terceiro número): «Pelo bolchevismo», «O bolchevismo em Portugal», «O soviétismo em marcha».

26 (quarto número): «Soviete e sindicato»; insere um texto de Trotsky.

1 de Novembro (quinto número): «Sovietismo», «O sindicalismo revolucionário é o mesmo que soviétismo», «O regime dos conselhos».

alguns dados, que além de insuficientes, enfermavam de deficiências técnicas reconhecidas¹.

Ao observarmos um «Quadro respeitante à divisão da população activa por profissões e sexos», obtido no Instituto Nacional de Estatística, verificámos que os técnicos consideraram a existência de 100 profissões distintas e reconhecidas como tais. No entanto, é interessante constatar que dessas 100 profissões há 7 que por si só englobam 60,24 % da população trabalhadora masculina e 39 % da feminina.

Esse número restrito de profissões, pode ser incluído em três grupos principais, constituintes da estrutura económico-social da vila de Sines — a agricultura, a pesca e o turismo.

Sem perigo de errar muito, podemos ir mais longe e afirmar que os interesses da vila são os interesses desses sectores. Quando um deles é afectado, toda a localidade se ressentente.

Continuando a inferir daquele mesmo «quadro», verificámos que a maior percentagem da população masculina e feminina se encontra adstrita à agricultura, com cerca de 38,4 % para os homens e de 22 % para as mulheres.

De posse destas conclusões, orientámos a nossa pesquisa sobre dados que nos fornecessem indicações mais pormenorizadas sobre os três sectores básicos indicados. Aqui, as nossas expectativas saíram um pouco logradas, pois apenas encontramos informações respeitantes à agricultura que dissessem respeito à área geográfica em questão.

Cientes da impossibilidade de induzir conclusões desse sector para os restantes, achámos, contudo, preferível trabalhar com os dados que possuíamos, a deixar por aqui a visão social e económica de Sines.

Assim, no que diz respeito às explorações agrícolas, conseguimos apurar a existência de 483, das quais 469 eram dirigidas pelo proprietário. A área total que ocupavam era de 16 147,29 ha, o que nos fornece aproximadamente uma média de 33,43 ha, por exploração. De posse desta média abstracta, teria grande interesse apurar-se qual a amplitude dos desvios em relação a ela que a realidade sineense apresenta, de modo a tirar conclusões acerca da distribuição fundiária existente.

A investigação foi levada a efeito, baseada nos dados recolhidos no Instituto Geográfico e Cadastral, onde pudemos constatar a existência de apenas três explorações agrícolas com áreas superiores a 500 ha. (marca por nós considerada como limite inferior do latifúndio). Tais explorações ocupam uma área de 2 611,405 ha, o que representa aproximadamente 16,2 % da área total das explorações agrícolas de Sines.

Demonstra-se assim que a forma típica de exploração da terra é a pequena e média propriedade, embora do litoral para o interior se verifique uma tendência para as superfícies das explorações agrícolas aumentarem.

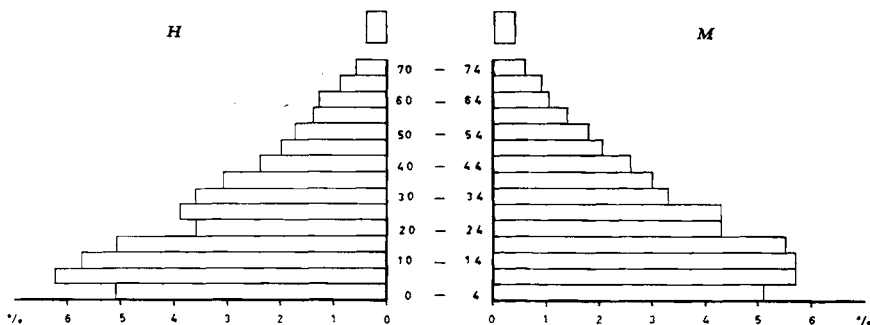
¹ Deficiências técnicas: são dados provisórios de 1970, provenientes de uma amostra pouco significativa com estimativa de erro da ordem dos 20 %. Numa palavra, a agricultura, a pesca e o turismo «eram» Sines em 1970.

Continuando a nossa análise, o tipo de questões formuladas a seguir diz respeito ao elemento humano da área em estudo — composição da população, grau de instrução.

Aqui seguimos de perto o estudo feito pelos peritos do Gabinete da Área de Sines² (*Plano Geral da Área de Sines*), cujos resultados confirmámos baseando-nos em dados dos recenseamentos de 1960 e 1940. Através das pirâmides de idades a que chegámos (vd. *Figura 1*) pudemos imediatamente inferir o decrés-

Pirâmides etárias

1940



1960

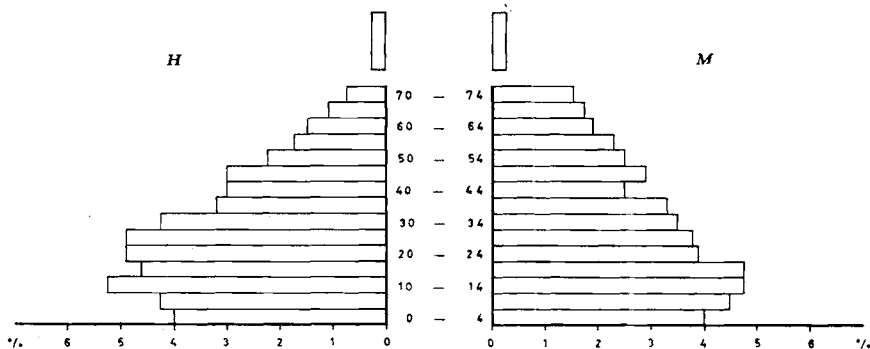


Figura 1

cimo da população nas classes de 0 a 14 anos, decréscimo esse mais marcante na população masculina. Concomitantemente, observa-se o aumento das classes idosas da população, ligado, talvez, a uma melhoria das condições médico-sanitárias.

Interessa salientar a existência de uma população acima dos 80 anos em muitas zonas interiores³.

² A única fonte conhecida de dados sobre o problema que apresenta um mínimo de rigor científico.

³ Facto por nós comprovado quando da ida a Sines.

⁴ Dados do censo de 1970, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

No que respeita a pesquisas tendentes a verificar o nível de instrução da população do concelho, de novo nos vimos limitados aos dados referentes à agricultura ⁴, onde constatámos uma percentagem de 52,5 % de analfabetos no conjunto dos dirigentes de explorações. Numa primeira aproximação, seríamos levados a concluir que esta percentagem diminuiria na área estritamente urbana. No entanto, é importante salientar que trabalhámos números respeitantes aos dirigentes de exploração e não a todos os trabalhadores agrícolas indiferenciadamente.

Qual o contexto geográfico em que se vai inserir o tipo de informações anteriormente referenciados?

Nota-se, em Sines, uma forte ocupação florestal (em relação à área a industrializar, ela é de 70 %), onde dominam o pinheiro e o sobreiro, embora o eucalipto também tenha uma certa importância. Esta ocupação florestal é fruto das condições do solo, clima e sobretudo da acção do homem.

Podemos afirmar que a base da economia regional é constituída, no interior, pelos montados ⁵ (cujo valor económico orça os 20 000\$00 por ha), e no litoral pelas culturas de sequeiro, que ocupam uma área de 18 134 ha, sendo valorizadas em cerca de 4100\$00 por ha.

Passando ao estudo geográfico propriamente dito, observámos que a faixa costeira é uma extensa superfície plana com cerca de 13 km de largura, inclinando-se para o oceano com o qual contacta ou abruptamente (zona de Sines e toda a costa a sul desta península) ou prolongando-se pela plataforma continental (costa a norte de Sines). A altitude aumenta para o interior, sendo máxima na zona de Santiago do Cacém (280 m).

No que respeita à constituição litológica, esta é predominantemente detrítica — arenitos e areias.

A distribuição dos valores do declive explica-se pelo relevo e formações litológicas. Os valores do declive inferiores a 5 % são a nota dominante em toda a orla. Os valores mais elevados (superiores a 10 %) surgem, por um lado, na zona de maior altitude que também coincide com as formações rochosas, por outro lado, no litoral, quer em zonas de dunas, quer nas costas de arribas.

Em suma, o relevo apresenta-se em forma de anfiteatro crescente do litoral para o interior, onde se encontram as zonas mais elevadas.

II

CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS

Foi designado pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, um grupo de trabalho que elaborou um relatório em meados de Abril de 1971 sobre a localização de uma área concentrada de indústrias de base, cujas conclusões foram nomeadamente:

⁵ Terreno plantado de sobreiros.

«A zona de Sines deve ser escolhida para área de implantação concentrada de indústrias de base [...], sendo indispensável a criação de um Gabinete da Área Urbano-Industrial de Sines, dependente da Presidência do Conselho, com eventual delegação a nível ministerial».

As razões que levaram o grupo de trabalho, dirigido pelo Eng. António Martins, a preferir Sines, em detrimento de outras hipóteses consideradas possíveis — como os estuários do Tejo e do Sado — foram, em princípio, de ordem económica e geográfica como: inferior custo de terrenos com vista a futuras expropriações, condições naturais que permitem a construção de um porto oceânico que receba navios até dois milhões de toneladas e menores custos das medidas anti-poluição derivadas da existência de uma circulação oceânica favorável.

Todavia, aquilo que nos pareceu dar mais peso à hipótese da Área de Sines foi:

Por um lado, a inexistência de uma estrutura social complexa e diversificada, o que iria facilitar o planeamento e a coordenação das actividades.

Por outro lado, o facto de se obter em Sines o mínimo custo de transporte de pirites dos grandes jazigos de Aljustrel⁶ (10% das reservas mundiais), com vista a posterior exportação a preços concorrenciais com os das pirites mexicanas.

Os resultados deste relatório foram aprovados e ratificados pelo Decreto-Lei n.º 270, de 19 de Junho de 1971, que criou o Gabinete da Área de Sines como pessoa colectiva dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, dependendo directamente do Presidente do Conselho.

Estes foram os antecedentes das obras actualmente em curso no concelho de Sines, a princípio sem desagrado do povo da vila, que via no projecto uma fonte de benefícios materiais a longo prazo. Porém, devido a factos que tentaremos detectar e analisar no capítulo seguinte, esta situação modificou-se, sendo no meio do descontentamento geral que os trabalhos prosseguiram. Diversas diligências⁷, feitas junto do Presidente do Conselho antes de 25 de Abril, não levaram a resultados que satisfizessem a população.

A mudança de regime político levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas veio alterar uma situação de impasse, de tal modo que indirectamente originou um comunicado subscrito por 1600 habitantes de Sines, onde se fazia uma série de acusações e reivindicações.

Este documento veio a lume no dia 10 de Maio. Porquê?

Nesse mesmo dia foi transmitida pela Emissora Nacional uma entrevista com o Eng. António Martins, principal responsável

⁶ *Plano Geral da Área de Sines.*

⁷ Nomeadamente, temos conhecimento de um almoço em Lisboa, em que um grupo de pescadores de Sines reivindicou a construção de um porto de pesca, ao então Primeiro Ministro Marcello Caetano.

pelos actos de que o Gabinete da Área de Sines era acusado. Simultaneamente, encontrava-se este em Sines, o que causou uma manifestação de protesto, espontânea nas suas origens ⁸, no decorrer da qual o Eng. António Martins foi expulso da vila. Ainda como resultado dessa manifestação, surgiu uma comissão eleita na rua, destinada a defender os interesses do povo de Sines. A comissão tinha como elementos: um industrial de táxis, um despachante oficial e alguns industriais de hotelaria. Qual a razão por que no decorrer da manifestação foram eleitas essas pessoas e não outras? Quaisquer destes indivíduos eram conhecidos pela sua influência em determinados sectores da população. Assim, o industrial de táxis, que transportava muita gente ao campo, era uma pessoa ouvida com respeito pela classe agrícola, sendo «muito considerado pela sua inteligência, bom senso e dignidade», no dizer dos seus conterrâneos. Quanto ao despachante oficial, havia sido Presidente da Câmara e membro de um grupo anterior à comissão que se promunha lutar contra o Gabinete da Área de Sines. Era sobretudo um dirigente da gente do mar, que lutava pelos anseios desta (foi campeão nacional de pesca submarina). Atendendo à ocupação dos restantes membros da comissão, não nos parece ilógico supor uma correlação entre a constituição da comissão e os principais interesses afectados em Sines pelo Gabinete da Área de Sines.

Esta comissão elaborou um documento onde se fazia uma série de acusações ao Gabinete da Área de Sines:

- A maneira como as expropriações eram feitas (desconhecimento dos motivos que levaram às expropriações de certas áreas não imediatamente integráveis nas obras em curso), valor injusto atribuído aos terrenos e pagamento através de prestações ao baixo juro de 5 %;
- Proibição aos expropriados de construirem as suas residências, sendo-lhes atribuídas casas sem o mínimo de condições para habitação;
- Explosões constantes que põem em perigo pessoas e bens;
- Construção de pequeno cais, em tais condições que provocou o assoreamento do local;
- Apropriação das novas instalações da Câmara pelo Gabinete da Área de Sines.

Finalizando, o documento apresentava as seguintes reivindicações:

- Revogação da lei que permite expropriar mediante o pagamento em prestações;

⁸ Nesse dia, o Eng. António Martins almoçou num restaurante em Sines, onde foi visto por diversas pessoas. Em seguida, no seu trajecto do restaurante para o café, aumentou o número daqueles que o reconheceram. Foi a acção desses elementos da população — que «espontaneamente» correram a divulgar a noticia, dando largas à sua indignação — que ocasionou a manifestação referida.

- Revogação do Decreto-Lei n.º 385/73 de 28 de Julho⁹;
 Revisão dos planos do Gabinete da Área de Sines, de forma a que as obras sejam reduzidas à dimensão útil e as expropriações limitadas às terras necessárias à execução das obras.
- Seja possibilitado aos donos das propriedades expropriadas, cuja dimensão não tenha sido judicialmente fixada, requerer a determinação judicial da indemnização;
- Que se resolva o problema do porto de pesca de Sines;
- Que sejam pagas a pronto-pagamento, imediatamente, aos expropriados, indemnizações que o Gabinete da Área de Sines se propõe pagar em prestações;
- Que seja imediatamente estudada a possibilidade de pôr fim aos processos de poluição da vila e baía de Sines, onde os mais perigosos efeitos se fazem sentir;
- Que seja imediatamente demitido o Eng. António Martins;
- Que se promovam os inquéritos necessários ao saneamento do Gabinete da Área de Sines;
- Que seja considerada a confiança do povo de Sines no juiz da comarca, único baluarte da defesa dos direitos da população.

No dia 11 de Maio, foi entregue pela comissão eleita à Junta de Salvação Nacional este abaixo-assinado. No dia 13, os órgãos de informação difundiram um comunicado da Junta de Salvação Nacional, no qual se advertia a população de Sines no sentido de não prejudicar o andamento das obras do projecto com as suas manifestações. Em resposta, no dia 14, a Comissão entregou uma carta esclarecedora da posição independente do povo de Sines, em relação às reivindicações salariais dos trabalhadores da Área de Sines. Nesse mesmo dia à noite, houve, na Praça Tomaz Ribeiro, em Sines, uma reunião da população, durante a qual os presentes tomaram conhecimento das diligências levadas a efeito perante a Junta de Salvação Nacional. Ratificaram os dois documentos entregues anteriormente, assim como a eleição da Comissão, que passou a designar-se Comissão de Redenção do Povo de Sines.

Paralelamente a estes acontecimentos, realizou-se uma Assembleia Geral dos Funcionários de Lisboa do Gabinete da Área de Sines, no decorrer da qual foi aprovada uma moção, em que, além de outros pontos, se repudiava o abaixo-assinado da população de Sines.

No dia 3 de Junho, em Conselho de Ministros, considerada a necessidade da criação de novos empregos, ficou decidido:

- A continuação das obras do complexo;
 A conservação dos meios técnico-administrativos do Gabinete da Área de Sines, apesar de uma possível reestruturação;

⁹ Decreto-Lei n.º 385/73: fixa normas a observar nos casos de expropriações urgentes requeridas pelo Estado, autarquias locais ou serviços autónomos.

- Promoção de um inquérito às actividades do Gabinete da Área de Sines, a pedido deste, com o intuito de esclarecer as causas do movimento do povo de Sines;
- Continuação da aplicação das leis vigentes e especialmente do Decreto-Lei n.º 576/70¹⁰, a fim de impedir a especulação imobiliária;
- Confirmação da cedência dos terrenos, de modo a garantir os interesses colectivos a longo e médio prazo;
- Revisão da política económica em relação ao Plano, no que diz respeito a investimentos futuros;
- Participação da população no projecto, de modo a garantir os seus interesses;
- Promoção de uma discussão pública sobre a orientação futura do projecto, para uma melhor integração na nova situação do País.

Com este último comunicado termina a série de documentos de que tomámos conhecimento, emitidos por algum órgão directamente relacionado com «os acontecimentos de Sines», sendo também com ele que encerramos a cronologia dos acontecimentos.

Somos os primeiros a reconhecer que, baseando-nos exclusivamente nos comunicados, esquecemos aquilo que constitui a história dos eventos passados em Sines, ou seja, os factos reais, os acontecimentos propriamente ditos: quem faz parte da Comissão de Redenção? Como se desenrola o processo de expropriação? Pareceu-nos, porém, que se enveredássemos por esses caminhos seríamos inevitavelmente levados àquilo que foi nosso desejo constituir a última parte deste estudo: o tratamento e apresentação dos dados obtidos nos inquéritos *in situ*, e a tentativa de explicação dos resultados verificados.

III

TRATAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Antes de nos debruçarmos sobre o tema proposto, achámos por bem delimitar mais precisamente o seu objecto. Assim, não é nossa intenção fazer uma análise da estrutura de classe da sociedade de Sines, nem, por outro lado, efectuar uma tentativa de estudo da sua estratificação social¹¹; ambos os objectivos nos parecem ambiciosos demais. O que nos propomos fazer é constatar a existência de reacções diferentes, face a um mesmo projecto e a uma mesma acção — o *Plano do Gabinete da Área de Sines* — e, a partir do tratamento dos dados obtidos, fazer inferências

¹⁰ Decreto-Lei 576/70, definidor da política dos solos tendente a diminuir o custo dos terrenos para construção. Preconiza-se a expropriação sistemática com apropriação definitiva dos solos pela Administração.

¹¹ Cf. J. David MIRANDA e A. Sedas NUNES, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», *Análise Social*, VII, n.º 27-28 (1971), pp. 333-381.

ligando determinado tipo de reacções a determinados grupos sociais.

O inquérito surge-nos como instrumento de captação de dados; portanto, como elemento essencial na pesquisa. Quando se tratou de proceder à sua elaboração, já possuíamos dados referentes à distribuição da população do concelho de Sines por profissões. Assim, por se tratar de uma primeira aproximação à realidade sineense, tentámos que as respostas obtidas traduzissem sobretudo a maneira como os inquiridos reagiam, face às modificações surgidas na vida comunitária, em resultado da actuação do Gabinete na realização do plano. Este primeiro inquérito era constituído por dois grupos de questões. O primeiro, visando a identificação do interrogado, seria uma espécie de ficha pessoal, contendo: nome, idade, agregado familiar e profissão.

O segundo grupo era constituído por perguntas tentando apurar qual a posição pessoal do inquirido face ao problema em questão. Nele estariam incluídas questões como:

- Qual a sua opinião sobre a Comissão de Redenção do Povo de Sines?
- Participou em alguma reunião?
- Verificou qualquer espécie de reacção por parte das forças da ordem?
- Participou em manifestações? Porquê?

Depois de apurados os resultados deste primeiro inquérito — feito a uma amostra da população escolhida de modo a haver representação proporcional das diferentes profissões —, orientámos as nossas pesquisas no sentido de captar as expectativas dos diferentes grupos sociais, ou seja, admitindo a hipótese de uma continuação dos trabalhos em curso, quais os planos de ajustamento à nova realidade que os diversos sectores profissionais encaravam.

Nasceu, assim, uma segunda série de perguntas orientadas nesse sentido:

- Como foi afectada a sua vida profissional com o projecto do Gabinete da Área de Sines? E a dos outros?
- Agrada-lhe ou não essa modificação?

Atendendo ainda a que partimos de um facto estatístico comprovado — esmagadora maioria dos sectores turístico, agrícola e piscatório no total da população residente em Sines com actividade económica e a exercer uma profissão — e continuando a seguir a óptica de repartição proporcional, inserimos, também, as seguintes questões:

- Se a pesca acabar, o que vai fazer?
- Se ficar sem terras, quais são os seus planos?

E finalmente aos profissionais da Indústria Hoteleira:

— Como vai aplicar o seu capital? Que faz aos seus empregados?

Justificadas as razões que nos levaram a formular especificamente estas perguntas, passamos à apresentação dos dados obtidos e seu tratamento. É importante realçar que todas as conclusões que se inferirem estatisticamente da amostra serão apenas, cientificamente falando, válidas para esta, não podendo ser generalizadas para toda a população¹². Foram interrogadas 61 pessoas, que apresentavam uma média de idades de 42 anos. Nessa série estatística, o desvio-padrão (ou seja a média aritmética dos quadrados dos desvios dos valores da série em relação à média) é de 16,3, o que significa que a amostra é relativamente satisfatória do ponto de vista da diferenciação etária. A pirâmide de idades da amostra apresenta o aspecto que se pode observar na *Figura 2*.

Pirâmide de idades da amostra

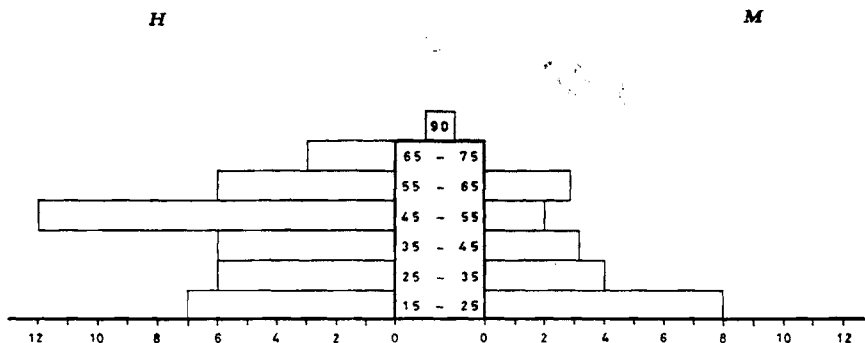


Figura 2

Ao observarmos os dados que obtivemos, constatámos a existência de *um descontentamento generalizado a todos os níveis da população*, isto é, existem razões de desagrado com a actuação do Gabinete que não respeitam diferenciações de classe, sendo comuns ao pescador e ao agricultor, ao proprietário e ao não proprietário.

A primeira dessas razões é a maneira como os funcionários do Gabinete levaram a cabo os seus objectivos, nomeadamente no que diz respeito às expropriações, que, segundo os habitantes, foram feitas com um total desprezo pelo respeito devido à pessoa humana; inclusivamente, havia notícia de que o Gabinete teria actuado coactivamente em diversos casos¹³. Outra das razões foi

¹² Para uma população como a de Sines de cerca de 4500 habitantes, a amostra deveria abranger aproximadamente 1500 entrevistas, para, de acordo com as técnicas de análise estatística, poder ser considerada suficientemente representativa.

¹³ Este aspecto será mais desenvolvido quando tratarmos das razões específicas de cada classe.

o surto inflacionário verificado em Sines, depois da implantação do plano do Gabinete, associado a uma escassez de bens alimentares. Esta subida do custo de vida seria previsível, se pensarmos que, por exemplo, no que diz respeito à habitação, o Gabinete impediu a construção de novas casas, «injectando» todavia um número cada vez maior de habitantes (operários e técnicos de construção civil) na vila. É muito significativa deste facto, a entrevista feita a uma doméstica de 57 anos, casada e com duas filhas: «Com o início do Projecto veio muita gente para Sines, não havendo habitação e alimentação que satisfizessem as necessidades de todos. Além disso, o Gabinete da Área de Sines aproveitou-se de zonas férteis, deixando estas de produzir bens alimentares que eram vendidos a preços baixos no mercado. Agora, devido aos intermediários, estes produtos subiram de preço. Houve rendas que aumentaram 100 % [...]». Finalmente, toda a gente se queixa de que a vila «perdeu em beleza», a praia foi destruída e o equilíbrio ecológico foi afectado com as obras do Gabinete.

Além destas razões, comuns a toda a amostra estudada, podemos ainda constatar a existência de motivos específicos de classe, bastante evidentes em determinadas entrevistas. Indo mais longe, por exemplo, na classe dos *pescadores*, consegue-se mesmo verificar uma diferença de opiniões entre o «trabalhador do mar» e aquele que possui os meios necessários à produção, neste caso, o barco e as redes. Assim, enquanto o último se queixa de que «[...] o molhe de abrigo foi mal construído, perdendo-se os barcos por esse motivo [...]»¹⁴, e de que «[...] quando o mar invade, no Inverno, o porto de abrigo, os barcos se vêm obrigados a recolher a Sesimbra [...]», o primeiro, sem deixar de se referir também a esses factos, que o vão prejudicar indirectamente, inclui um elemento novo: «[...] o cano de esgoto dá para a ribeira precisamente no sítio em que lavamos o peixe [...]». Esta nova variável está directamente ligada à remuneração específica do pescador assalariado, que recebe não apenas segundo a quantidade de peixe que pesca, mas também segundo aquela que é efectivamente transaccionada no mercado. Sem falarmos já da sua alimentação, que é quase exclusivamente constituída pelo pescado.

Ao interrogarmos os profissionais da Indústria Hoteleira, apercebemo-nos de que a diferença entre os proprietários de hotéis ou residências de 1.^a classe e os simples possuidores de pensões de 3.^a classe era ainda mais marcante. O grande proprietário hoteleiro queixa-se de que «[...] a destruição da praia implicou uma diminuição de veraneantes [...]»; além disso, segundo ele, «[...] não há empregados, pois estes foram contratados pelas empresas encarregadas das obras, que lhes pagam salários mais elevados, com um regime de trabalho inferior em horas [...]». Por seu lado, aquele que possui uma pensão modesta, sente-se favorecido, devido à influência de operários que não podendo pagar as diárias de um hotel de 1.^a também não encontram casas para viver.

¹⁴ As aspas significam, a partir de agora, que se trata de extractos de entrevistas.

Passando em seguida à agricultura, verificamos que é opinião generalizada o desacordo com o modo como os proprietários das terras foram tratados, tanto no que diz respeito à avaliação das propriedades, para expropriação, como nas relações pessoais estabelecidas com a comissão expropriante.

Abrimos aqui um parêntesis para tentar explicar a maneira como se desenvolveu o processo expropriatório em Sines e Santiago do Cacém. Verificada por parte do Gabinete a necessidade da aquisição de um determinado terreno, é oferecida ao seu proprietário uma certa quantia, que pode ou não ser aceite por este. No caso afirmativo, entram as duas partes (Gabinete e proprietário) em negociações. Se não houver concordância por parte do proprietário, este tem oito dias para recorrer ao tribunal, que vai, por sua vez, nomear os árbitros. O valor monetário atribuído por estes últimos é, regra geral, superior ao oferecido pelo Gabinete. Este é o esquema de expropriação utilizado na região. Existe, no entanto, controvérsia sobre determinados pontos. Assim, quando se invoca a *necessidade de aquisição*, põe-se a dúvida: será essa necessidade imediata? Qual o interesse que supervisiona a aquisição de determinada propriedade? Quanto a nós, muitas vezes não se trata de uma necessidade imediata para a prossecução das obras, mas sim uma tática tendente a evitar a presumível subida de preços dos terrenos. Quais os critérios usados pelos árbitros na avaliação dos terrenos? Todas as decisões são baseadas na «lei dos solos», que nomeadamente define o que são terrenos para construção — ou seja: aqueles que estão situados em zonas urbanas, as que são marginadas por via pública pavimentada, ou ainda as que têm pelo menos duas das infra-estruturas seguintes: água, luz e esgotos —, considerando terrenos para não construção os outros todos. A avaliação propriamente dita é feita tomando em conta dois aspectos: o rendimento agrícola e o aspecto urbano. É nossa opinião que o mal-estar originado por todo esse processo nos agricultores da região, deve-se principalmente a: a) existência de uma especulação em Sines, a nível de terrenos, anterior à execução do complexo, ou seja: os terrenos eram valorizados atendendo a factores tais como a situação natural — localização junto do mar, paisagem circundante, etc. — e ainda tendo em conta os fins específicos a que a procura se dirige (turistas ou veraneantes em busca de lugares aprazíveis); quando o Gabinete da Área de Sines exigiu a valorização nos termos da lei, os proprietários não estavam preparados para essa drástica descida do valor dos seus terrenos; b) o facto de o pagamento ser efectuado em prestações para evitar a saída de avultadas quantias de dinheiro dos fundos públicos; c) as expropriações serem realizadas de um modo demasiadamente mecânico, à letra da lei, sem atender à situação específica do expropriado.

É ainda de sublinhar, sobretudo, a igualdade de tratamento para casos tão díspares como, por exemplo, a expropriação feita a uma herdade de cerca de 900 ha, que rendeu perto de 50 000 contos ao proprietário, residente no Congo, e a exercida sobre uma courela de 3 ha, propriedade de um viúvo de 90 anos. A quantia

com que este ficou — 103 contos— é demasiado pequena se atendermos a que a terra era o seu único ganha-pão possível.

Para terminar, o que nos parece ser o problema principal para a generalidade dos agricultores é a sua inadaptação a novas formas de vida, para as quais não estão e não foram preparados. O dinheiro não confere a esta categoria de pessoas, agarradas à terra, utilidade semelhante àquela que retiram do usufruto do seu direito de proprietários.

Retiradas estas conclusões, passamos à análise da amostra no que diz respeito às expectativas dos inquiridos, isto é, supondo a continuação das obras em curso, qual o grau de adaptação à nova situação que as pessoas possuem. Há a considerar, todavia, a existência de profissões que não sofrem grande alteração com a continuação do processo. Tendo-se partido de uma hipótese que, embora simplista, não deixa de se ajustar à realidade da amostra, vamos considerar que os núcleos profissionais mais directamente afectados vão ser a pesca, a agricultura e o turismo.

Da observação da amostra chega-se à conclusão de que a diferenciação de opiniões é mais evidente a um nível etário e de agregado familiar do que simplesmente profissional. Assim, verifica-se, empiricamente, que o grau de adaptação varia de forma inversa com a idade e com o número de componentes do agregado familiar, como era lógico supôr. Ou seja o indivíduo até aos 40 anos, solteiro ou casado com poucos filhos, pensa seriamente em mudar de profissão se tal for necessário, enquanto que às pessoas mais idosas já se torna mais penosa semelhante perspectiva. São ilustrativas desta conclusão certas entrevistas: o sr. X, de 23 anos, solteiro, pescador, afirma que arrantará outro emprego diferente da pesca, enquanto que o sr. Y, de 50 anos, casado, com 2 filhos, diz que não sabe fazer mais nada senão pescar, sendo a costa de Sines a única que conhece.

Aliás, esta correlação é mais nítida entre as variáveis idade e mudança de profissão, do que entre esta última e o número de elementos do agregado familiar. Tais hipóteses, que aventámos empiricamente, podem ser ou não confirmadas de um modo estatístico-científico. Assim, consideremos o quadro de dupla entrada que figura na página seguinte.

Haverá ou não correlação estocástica entre as variáveis «idade» e «mudar ou não de profissão»?

O valor obtido para o somatório (7,49) fica aquém do limite dado pela distribuição do χ^2 para o nível de significância de 5 % que é de 7,81. Significa isto não ser de registar a hipótese de independência da decisão de «mudar ou não de profissão», face à «idade». Predominam, no entanto, os que dizem que «não vão mudar de profissão». O facto de estes serem mais frequentes nas idades superiores a 20 anos do que nas inferiores, deve ser atribuído a flutuações aleatórias da amostragem.

Por sua vez, se considerarmos as variáveis «estado civil» e «mudar ou não de profissão», conclui-se que o valor calculado para o somatório (5,09) situa-se além do limite dado pelo χ^2 para

**Relação entre a variável «mudar ou não de profissão»
e as variáveis «idade» e «estado civil»**

«Mudar ou não de profissão»		Valores observados (to)		Frequências esperadas (te)		to* — te		(to* — te) ² / te	
		S	N	S	N	S	N	S	N
Idade	0 a 20	4	4	2	6	1,5	— 1,5	1,13	0,38
	20 a 40	8	11	4,8	14,2	2,7	— 2,7	1,52	0,51
	40 a 60	1	16	4,3	12,7	— 2,8	2,8	1,28	0,62
	60 e mais	—	8	2	6	— 1,5	1,5	1,13	0,38
	Total	13 (25 %)	39 (75 %)					5,60	1,89
Estado civil	Casados	6	32	9,9	28,1	— 3,4	3,4	1,17	0,41
	Solteiros	8	8	4,2	11,8	3,3	— 3,3	2,59	0,92
	Total	14 (26 %)	40 (74 %)					3,76	1,33

Σ = 7,49

Σ = 5,09

t* — frequências observadas após correcção para a continuidade.

um nível de significância de 5% (3,84). É, pois, de rejeitar a hipótese de independência da decisão «mudar ou não de profissão», face ao estado civil. Compreensivelmente, os casados manifestam maior relutância em mudar de profissão, sendo os números observados suficientemente significativos para que se possa aceitar, do ponto de vista estatístico, uma correlação entre o estado civil e a referida decisão.

ANEXO

Lista das profissões inquiridas

Pescadores	17
Agricultores	8
Domésticas	7
Comerciantes	6
Empregados de balcão	5
Professores	4
Funcionários públicos	4
Industriais de hotelaria	4
Trabalhadores agrícolas	2
Funcionários do G. A. S.	2
Mecânico	1
Desempregado	1